



SABERES POSSÍVEIS E ENVOLVIMENTOS NECESSÁRIOS NO ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ENTRE LEGISLAÇÕES, SENTIDOS E PRÁTICAS

Joana Elisa Röwer – UFSM
Jorge Luiz da Cunha – UFSM
Apoio FAPERGS /CAPES

Resumo: Este estudo problematiza a obrigatoriedade do ensino de Sociologia na Educação Básica a partir do Decreto Lei 11.684 de 02 de Junho de 2008. Tal problematização ocorreu através da análise de livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio e de normas e parâmetros que regulamentam e gestam a educação como os Parâmetros Curriculares Nacionais, mas, principalmente, as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio na correlação com os sentidos produzidos por professores desta disciplina na educação básica. Nesse ínterim, também foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário com questões objetivas e descritivas. Os dados sofreram análise de conteúdo. Os resultados apontaram heterogeneidade nas concepções e práticas educativas dos professores, assim como, (as)simetrias entre e com os livros didáticos analisados e os parâmetros curriculares para a Sociologia. Conclui-se reafirmando a necessidade de gestar o ensino de Sociologia na Educação Básica e de uma preparação adequada que possibilite a dinamização do educador e não práticas engessadas frente a peculiaridades dos grupos educacionais.

Palavras-chave: Sociologia. Ensino Médio. Educação

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é de uma reflexão sobre a retomada da obrigatoriedade do ensino de Sociologia no Ensino Médio. Instituída como disciplina curricular a partir do Decreto Lei 11.684 de 02 de Junho de 2008 que revoga o inciso III § 1º do art. 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996) que previa, que ao final do Ensino Médio o educando deveria demonstrar “domínio dos conhecimentos de filosofia e de sociologia necessários para o exercício da cidadania”, o que abriu brechas para a interpretação que esses conteúdos poderiam ser trabalhados transversalmente, e inclui o inciso IV no art. 36 da LDB dispondo sobre a obrigatoriedade do ensino de Filosofia e de Sociologia, diz o inciso: “serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio”.

A Sociologia adquire especificidade, sobretudo a partir das Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – OCNEM (2008)¹ apesar desta ser uma discussão ainda

¹ Documento apresentado pela Secretaria de Educação Básica – Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para a Educação Básica através da Coordenação Geral do Ensino Médio e, elaborado a partir das diretrizes indicadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, na perspectiva de desenvolver indicativos para ações didático-pedagógicas para as disciplinas que compõem o currículo do Ensino Médio.

presente e necessária. Talvez seja admissível dizer que a institucionalização da Sociologia traz em si a representação dos ideais contemporâneos de educação, ou seja, de construção do conhecimento, autonomia, problematização, reflexividade. Mas, talvez também seja plausível refletir sobre os possíveis riscos de engessamento de metodologias, da reprodução de conceitos e idéias mascaradas pela noção “naturalizada” da sociologia como criticidade.

Nos livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio é possível encontrar os objetivos a que se propõem e que não se desvinculam do conceito de criticidade e de cidadania. No livro de Cristina Costa denominado “Sociologia: introdução à ciência da sociedade” a apresentação é um convite ao leitor realizar “um mergulho na sociedade em que vive, procurando entendê-la para além de suas aparências e de sua superficialidade, fazendo da sociologia uma estratégia, uma ferramenta e um modelo de apreensão crítica da realidade” (COSTA, 2005). No livro de Pérsio Santos de Oliveira, da Série Brasil, intitulado “Introdução à Sociologia” a proposta é dar “ao leitor condições de entender a sociedade em que vive, com seus conflitos e contradições; um livro, enfim, que contribui para a formação de cidadãos ativos e dotados de senso crítico” (OLIVEIRA, 2006, p.3).

A análise das Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, no Volume de Ciências Humanas e suas Tecnologias, relacionados aos “Conhecimentos de Sociologia” permite afirmar que a mesma ultrapassa a noção da Sociologia como produção de criticidade, conscientização, cidadania aproximando-se da especificidade da compreensão sociológica e/ou antropológica, a saber, a desnaturalização e o estranhamento. Neste sentido, as OCNEM’s diferentemente do que propõem para as demais disciplinas curriculares das Ciências Humanas (Filosofia, Geografia e História) não seleciona conteúdos, mas apresenta uma análise de possíveis recortes programáticos, metodologias e recursos didáticos. O foco é o tripé conceitos-temas-teorias na relação com a realidade social e, dessa forma, com a necessidade da pesquisa sociológica. Questão que dá identidade a Sociologia e a diferencia das demais ciências humanas, desde a sua formação com Émile Durkheim (1858-1917) que estabelece o objeto de estudo e configura o método de investigação e, com Max Weber (1864-1920) que rejeita o método positivista de fazer pesquisa e inaugura a pesquisa empírica da sociologia (MARTINS, 2006).

A pesquisa no ensino médio e os métodos a serem utilizados em sala de aula são questões que atravessam este trabalho. Ao destacarmos as similaridades e diferenças na intersecção entre legislação, bibliografia, práticas e sentidos buscamos compreender como estas são articuladas ou não na construção da qualidade de ensino. Enfim, temos a premissa de que a educação básica é constituída de uma variabilidade de contextos e

características que só a inserção permite a sua compreensão. Daí o conceito de formação continuada que se efetiva pela reflexão sobre a prática e que exige o desenvolvimento da capacidade criativa para atender as situações (LIBÂNEO, 2001).

METODOLOGIA

Participaram do estudo dois professores de uma escola pública do centro de um município da região central do Rio Grande do Sul. O procedimento de coleta de dados ocorreu pela aplicação de um questionário com questões objetivas e descritivas, para a Professora de Sociologia do Diurno (PD) e para o Professor de Sociologia do Noturno (PN) que contemplavam: (1) a Opinião sobre o ensino de Sociologia no Ensino Médio, e; (2) o Perfil do Professor. A elaboração deste questionário levou em consideração os objetivos deste trabalho que, entre eles, está o de relacionar a dinâmica dos educadores com as propostas dos parâmetros e orientações educacionais.

Também foi realizada a avaliação do conteúdo de dois livros didáticos da Sociologia para o Ensino Médio, assim como, das OCNEM's, cujas análises foram cruzadas com as respostas dadas pelos professores. A escolha dos livros foi feita a partir de indicações dos cursos de Licenciatura em Sociologia e da bibliografia encontrada na escola. Para este fim, foi utilizada a análise de conteúdo, cujas categorias foram construídas ao longo do processo de pesquisa. A pesquisa aqui apresentada se caracteriza como Estudo de Caso, sendo de caráter descritivo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Aqui se apresenta uma análise das Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de Sociologia na correlação com dois livros didáticos utilizados como referência para a construção das aulas de Sociologia no Ensino Médio, são eles: “Introdução à Sociologia” da Série Brasil de autoria de Pérsio Santos de Oliveira; e, “Sociologia: introdução à ciência da sociedade” de Cristina Costa. A partir da análise destas obras estabelece-se uma relação com as percepções dos sujeitos docentes entrevistados sobre as suas práticas pedagógicas.

O objetivo de analisar estas duas bibliografias na relação com as OCNEM's é de verificar se tais bibliografias condizem ou não com as Orientações e, a partir desta observação avaliar se os professores (sujeitos desta pesquisa) procuram seguir estas Orientações com a possível utilização de outros materiais que complementem a didática ou se observam somente os livros citados. A primeira vista, podemos supor que os livros indicados não devem alcançar, de forma completa, as propostas das OCNEM's, na medida em que esta foi lançada no ano de 2008 e os livros recomendados tem em 2005 sua 3ª edição (Sociologia: introdução

a ciência da sociedade) e, em 2006 sua 25ª edição (Introdução à Sociologia). Esta observação permite realizar alguns questionamentos que se referem a necessidade de produção didática adequada as OCNEM's e atuais que acompanhem o desenvolvimento e a inserção da disciplina de Sociologia em todas as escolas de Ensino Médio e, a autonomia do professor frente ao material didático disponibilizado.

A fim de dar uma sistematização para a análise das obras escolhidas na relação com as respostas dos professores ao questionário, optou-se por dividir em três aspectos, a saber: Apresentação; Conteúdos; e, Atividades, recursos didáticos, pesquisa e práticas de ensino. Tal divisão foi elaborada segundo a estrutura dos livros didáticos selecionados, a não ser os itens “pesquisa e prática de ensino”. Estes itens foram acrescentados devido a problemática sobre o fazer pesquisa sociológica e também pelas OCNEM's apresentarem uma seção específica sobre a pesquisa sociológica no ensino médio e sobre a prática de ensino.

Apresentação

Oliveira (2006) ao iniciar a apresentação do seu livro já expõe que ele contém uma “linguagem acessível, capaz de explicar de forma clara, simples e objetiva” e, segue utilizando frases como “para facilitar a compreensão”, “leitores pouco familiarizados com a linguagem sociológica não terão dificuldade de compreender o conteúdo oferecido”. Costa (2005), entretanto, não apresenta uma preocupação com a linguagem utilizada, apesar de referir-se ao caráter pedagógico dos textos. De fato, é nítida a diferença na leitura e compreensão de ambos os livros, enquanto Oliveira “facilita” o processo de compreensão dos leitores com uma linguagem simples, a construção de textos curtos e a inserção de esquemas; Costa elabora o seu texto com uma linguagem que tem maior proximidade com os textos utilizados na formação do cientista social, exigindo do estudante um conhecimento prévio de termos que são utilizados nas ciências humanas de forma geral e do professor uma maior dedicação para explicar tais conceitos.

Nesse sentido, o processo de mediação pedagógica é variado, pois não depende somente do público com e sobre o qual o educador atua como descrito nas OCNEM's, mas também dos materiais didáticos utilizados e, especificamente, da linguagem desses materiais na relação com as especificidades do grupo de educandos. Contudo, as OCNEM's chamam a atenção sobre o tipo de linguagem a ser utilizada, como citado abaixo:

(...) uma dimensão importante do ensino – em qualquer nível – é a percepção sobre o modo de exposição ou a linguagem com que se apresenta esse ensino. A linguagem da Sociologia não nos deve passar despercebida, sob pena não só de um empobrecimento do que é ensinado e aprendido, mas sobretudo de se passar a idéia

de que existiria uma “linguagem dos fatos” (Popper, 1974), de que não existiria mediação entre o sujeito e o mundo, ou mesmo que a linguagem da Sociologia fosse “transparente” e não constituísse um problema sociológico (OCNEM, 2008, p. 109).

Essa abordagem permite inferir que as OCNEM’s baseiam-se em uma concepção dialética da educação da qual Paulo Freire (1996) é um dos seus representantes, em que a mediação pedagógica é uma ação não neutra que intervém no mundo e se constitui através das relações. Ainda sobre a linguagem, tem-se que ter a concepção de que um texto, o modo como ele é escrito, não deixa abertura para qualquer interpretação. Segundo Orlandi (2004, p. 15) “há uma necessidade que rege um texto e que vem da relação com a exterioridade”.

Dessa forma, é necessário questionar na escolha dos materiais didáticos e, especificamente, dos livros escolares, quais as concepções/significações dos autores em relação a sociologia no ensino médio. É preciso questionar a quem estes materiais se destinam. Na variabilidade de contextos sociais e culturais da educação básica, afirmar que se destinam aos estudantes do ensino médio parece uma resposta vaga, mas que ressalta a importância da mediação pedagógica.

A mediação pedagógica ganha sentido de tradução/interpretação tanto dos conteúdos e materiais curriculares quando das capacidades cognitivas, das peculiaridades individuais e grupais que cuja confluência produz a possibilidade de aprendizado pelo educando e atribui um caráter de permanente criação de si pelo educador.

Entretanto, esta definição do educador como mediador perpassa a teoria de diversos autores, como Freire cuja significação do professor progressista visa desenvolver a passagem da curiosidade ingênua para a curiosidade epistemológica, sendo que nenhuma ação é neutra, pois sempre é uma intervenção (FREIRE, 1992). Para Brandão (2002) cujos educadores devem ser percebidos e se perceberem como elos, pois têm a função de transformar um saber em emoção, na medida, que recriam os conhecimentos e os recolocam no contexto atual, dando-os sentido. E, para Libâneo (2001, p. 41) haja vista que o professor deve “introduzir os alunos nos significados da cultura e da ciência por meio de mediações cognitivas e interacionais”.

Outro autor cujo conceito de mediação atravessa os seus escritos sobre a educação e especificamente sobre a relação professor-aluno é Tardif ao definir a pedagogia enquanto “tecnologia da interação humana” (TARDIF, 2002, p. 114). A questão da interação, das relações constituídas e que se constituem entre educadores-educandos é basilar para a compreensão da mediação pedagógica, na medida em que, as relações pedagógicas são

marcadas por momentos, concepções e desejos de aprende-ensinar. Assim, a mediação que o educador realiza é resultante de uma confluência de mediações que extrapolam conteúdos e sujeitos em aula, o que também permite a variabilidade de aprendizagens e de sentidos atribuídos pelos educandos.

Contudo, é imprescindível questionar quais as interpretações possíveis que educadores e educandos realizam sobre os textos e qual a medida de aceitação e discussão dessas interpretações na relação educador-educando. Apesar dos percursos interpretativos de um texto, marcados pela historicidade, há na interpretação uma confluência de ideologias que resultam nos sentidos compreendidos e apreendidos de um texto. Em meio a diversidade de interpretações e linguagens não se pode perder de vista que a Sociologia é detentora de uma linguagem específica², advinda de um campo específico do saber no qual ela deve ser compreendida pelos estudantes para que esses possam repensar e recriar a realidade a partir destes conhecimentos, mas também que estes devem ser levados a compreender a linguagem sociológica inserindo-se em outros processos discursivos e interpretativos.

Conteúdos

Há uma clara diferenciação dos conteúdos expostos no livro “Introdução à sociologia” da Série Brasil de Oliveira (2006) do livro intitulado “Sociologia: introdução à ciência da sociedade” de Costa (2005). Enquanto que o livro de Oliveira (2006) aborda questões relacionadas aos conceitos da sociologia, Costa (2005) prioriza as principais teorias e escolas sociológicas. Entretanto, os dois livros trabalham com temas atuais que podem ser assunto da sociologia através da aplicação dos seus conceitos e/ou teorias. A abordagem é que também se diferencia nos textos analisados, pois se Oliveira (2006) o faz no decorrer de todo o livro, Costa (2005) o faz em seções específicas. Um componente que aproxima as duas bibliografias é que ao final dos textos há um glossário de conceitos básicos de sociologia. No livro de Oliveira (2006) também há uma lista dos “Grandes mestres das Ciências Sociais”, com um pequeno histórico e principais obras.

Em relação a estas questões as OCNEM's propõem que o tripé conceitos-temas-teorias sejam “tomados como mutuamente referentes” (OCNEM, 2008, p. 117) pelos professores de Sociologia, ou seja, devem ser abordados com as suas articulações e tensões, na medida em

² A linguagem específica da Sociologia é construída a partir do momento que ela constitui-se como um saber especializado sobre a explicação dos fenômenos sociais, através de metodologias e processos de codificação/tradução próprios. O desenvolvimento desta área do conhecimento permitiu tanto a apropriação de paradigmas e conceitos comuns a várias disciplinas como cultura, estrutura, sistema; a re-interpretação de fenômenos sociais como conflitos, ideologias, assim como, a construção de conceitos próprios como anomia e carisma, o que configura a linguagem sociológica. (Significação construída a partir do prefácio da primeira edição do “Dicionário Crítico de Sociologia” de Boudon e Bourricaud, Ed. Ática, 2002).

que estes três recortes atendem a dimensões diferenciadas que o ensino de Sociologia no Ensino Médio deve abarcar, a saber: as teorias compreendem a dimensão explicativa/compreensiva, os conceitos a dimensão lingüística/discursiva e, os temas a dimensão empírica/concreta (OCNEM, 2008). Uma observação necessária é a utilização do termo “conteúdos” para denominar tanto conceitos, temas e teorias na perspectiva de que todos são modos de apresentação da Sociologia em sala de aula.

Isto é, os conceitos ao referirem-se ao discurso sociológico, a linguagem específica da sociologia só podem ser compreendidos na relação com a realidade concreta (temas) que eles explicam e na relação com as linhas teóricas, na medida em que os conceitos não devem ser entendidos como abstrações e podem ter sentidos diversos a partir da filiação teórica que seguem. Do mesmo modo, os temas que fazem referência as questões dos contextos sociais culturais devem ser compreendidos na relação com as bases teóricas e os conceitos sociológicos para não permanecer no discurso do senso comum, em obviedades que não transformam o modo de pensar e atuar sobre a realidade dos educandos. A teoria também necessita desta interlocução, de modo que aparece nas OCNEM's:

(...) teorias, temas e conceitos devem estar articulados previamente no discurso do professor, de modo que fique claro que há uma necessidade de integração entre a teoria e os temas abordados, não aparecendo esses como exemplos arbitrários. Do mesmo modo, há uma coerência entre a teoria e o uso de determinados conceitos, o que garante que o discurso de uma teoria sociológica tenha sentido e possa ser reconhecido como válido quando se refere ao mundo empírico (OCNEM, 2008, p. 124).

Neste sentido de articulação em que o educador determina a ênfase ou a referência a um deles para, posteriormente, elaborar as correlações, é que as OCNEM's lançam algumas indicações de conceitos, temas e teorias a serem trabalhados no Ensino Médio, embora ressaltem as possíveis vantagens e desvantagens das escolhas realizadas.

- Conceitos: burguesia; ideologia; indivíduo; sociedade; trabalho; produção; classe social; poder; dominação; cultura; mudança social.
- Temas: questão racial; etnocentrismo; preconceito; violência; sexualidade; gênero; meio ambiente; cidadania; direitos humanos; religião e religiosidade; movimentos sociais; meios de comunicação de massa.
- Teorias: teoria funcionalista; teoria marxista; teoria compreensiva; teoria fenomenológica; teoria estruturalista; teoria dialética.

Há, porém, uma discrepância quando analisados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM)³ parte IV: Ciências Humanas e suas Tecnologias no tratamento dado aos conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Política em relação as OCNEM's. A primeira diferença é que os PCNEM's não apontam somente o campo teórico da Sociologia mas também da Antropologia e da Política que contemplam as Ciências Sociais como requisitos necessários para inserir o estudante na problematização dos fenômenos sociais e para a compreensão do mundo atual. A partir da indicação no decorrer do texto de vários conceitos destas três áreas que poderiam ser trabalhados no Ensino Médio, os PCNEM's lançam as principais competências e habilidades a serem desenvolvidas em Sociologia, Antropologia e Política, divididas em três tópicos:

- Representação e comunicação – (1) Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos, e as do senso comum; (2) Produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir de observações e reflexões realizadas.

- Investigação e compreensão – (1) Construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, ampliando a “visão de mundo” e o “horizonte de expectativas”, nas relações interpessoais com os vários grupos; (2) Construir uma visão mais crítica da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa avaliando o papel do “marketing” enquanto estratégia de persuasão do consumidor e do próprio eleitor; (3) Compreender e valorizar as diferentes manifestações de etnias e segmentos sociais, agindo de modo a preservar o direito à diversidade, enquanto princípio estético, político e ético que supera conflitos e tensões do mundo atual.

- Contextualização sócio-cultural – (1) Compreender as transformações do mundo do trabalho e o novo perfil de qualificação exigida, gerados por mudanças na ordem econômica; (2) Construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto de Estado de Direito, atuando para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e também entre os diferentes grupos.

³ Documento elaborado pelo Governo Federal no ano de 1999 e que regulamenta a (re)elaboração do currículo do Ensino Médio, compreendido a partir da LDB 9394/96 como última etapa da Educação Básica. Entendido como um pilar para a transformação de objetivos, conteúdos e didáticas de ensino os PCN's trabalham com o conceito de competências a serem desenvolvidas na escola em um discurso que quebra a dualidade do Ensino Médio de educação propedêutica ou técnica e vai ao encontro dos novos propósitos do Ensino Médio explicitados na LDB 9394/96, a saber: preparar para a vida, qualificar para a cidadania e capacitar para a aprendizagem permanente.

Aqui, também, reside uma clara diferença entre as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e os Parâmetros Curriculares Nacionais, pois enquanto aquelas focam a importância da Sociologia no Ensino Médio no estranhamento e na desnaturalização, os PCNEM's apresentam um perfil de formação voltado para a constituição da cidadania, de sujeitos reflexivos sobre as suas condições atuais e de respeito a diversidade. Observamos que os conceitos de cidadania e criticidade precisam ser problematizados em seus significados e práticas nas relações com as condições atuais locais e globais, afim de que não sejam reduzidos á práticas conformadoras⁴.

Entretanto os PCNEM'S lançados no ano de 1999, não contemplavam a obrigatoriedade do ensino de Sociologia como disciplina curricular em todos os anos do ensino médio. Até então, a Sociologia era compreendida como conteúdo transversal, talvez também pelos PCNEM's apresentarem esta articulação entre conceitos e competências e não um quadro referencial de saberes especializados. Na esteira dos PCNEM's é lançado os PCN+⁵ que visam ampliar “as orientações contidas nos PCN's para o ensino médio, adiantando elementos que ainda não estavam explicitados” (PCN+, p.13). Neste documento, que objetiva ser elemento de orientação educacional e complementar aos PCN's, a Sociologia é tratada como disciplina curricular seguindo, porém o desenvolvimento de competências já descritas nos PCN's articulados com conceitos que derivam em eixos temáticos. A indicação é que tais eixos temáticos devem contemplar temas de investigação a partir do cotidiano dos educandos. Os eixos temáticos são em número de quatro que subdividem-se em temas e subtemas, são eles: (1) Indivíduo e Sociedade; (2) Cultura e Sociedade; (3) Trabalho e Sociedade; e, (4) Política e Sociedade.

Estas diferentes orientações PCNEM, PCN+ e OCNEM são ao mesmo tempo complementares e díspares no que se refere ao ensino de Sociologia no Ensino Médio tanto em relação a formatação dos conteúdos quando dos seus objetivos. O que permanece é a necessidade de construção de aulas diversificadas que se utilizem variados recursos didáticos na tentativa de contemplar a dinamicidade e especificidade do grupo de alunos. Outro ponto confluyente é que a inserção da Sociologia na educação básica deve servir para problematizar questões que extrapolam o espaço/tempo da sala de aula. Apesar de a escola ser compreendida

⁴ Citamos como sugestão de leitura o texto “Os lugares da sociologia na formação de estudantes de ensino médio: as perspectivas de professores” de autoria de Kelly Cristine da Sila Motta, publicado na Revista Brasileira de Educação, nº 29, Maio/Jun/Jul/Ago 2005.

⁵ PCN+, denominado PCN+: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais é um documento lançado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação, no ano de 2002, a fim de complementar os PCN. Os PCN+ surgem antes da obrigatoriedade da Sociologia como componente curricular no Ensino Médio.

hoje como um “espaço de síntese” (CAÑELLAS apud LIBÂNEO, 2001, p. 40) entre a cultura formal e a cultura experienciada apontamos os perigos de concebê-la de tal forma, na medida em que nem toda a cultura formal e nem toda a cultura experienciada atravessam o cotidiano escolar. Há aqui uma pretensão permanente de fazer vincular a escola como o lugar e o tempo de formação humana primeira. Tanto conteúdos como competências são em si processos de escolhas sócio-culturais que não abarcam e não permitem uma síntese totalizadora e tem decorrências múltiplas que uma descrição seria sempre deficitária.

Em relação a pesquisa realizada junto aos professores, a *opinião sobre o que o ensino de Sociologia* proporciona aos estudantes diverge entre a Professor do Diurno (PD) e o Professor do Noturno (PN). Se para PD a sociologia dá ao estudante condições de entender a sociedade em que vive; contribui para a formação da cidadania e para a formação do senso crítico e reflexivo; instiga a agir no meio em que vive para torná-lo melhor; e, auxilia na compreensão de outras disciplinas do Ensino Médio, como História e Filosofia; PN tem outra opinião e afirma que existem conteúdos mais importantes a serem ministrados em Sociologia. Resposta que deixa em aberto a opinião de PN sobre os possíveis benefícios da sociologia no Ensino Médio, pois esta questão aponta o caráter interdisciplinar que deveria permear todas as disciplinas e conteúdos, segundo as finalidades do Ensino Médio descritos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Entretanto é necessário questionar o que se entende por formação ética, criticidade e cidadania, na medida em que são os sujeitos educadores, dotados de sua historicidade que significam esses conceitos e os compartilham em sala de aula.

Em relação as respostas sobre a *prioridade entre temas, conceitos e teorias* também é diferenciada. Enquanto PD dá ênfase aos temas, PN prioriza em suas aulas os conceitos sociológicos. Aqui reside uma crítica a própria elaboração do questionário. Ao esboçar as alternativas temas; conceitos; teorias e autores; e, outra opinião, não aprofundamos, nem nesta questão e nem em outra, a possível articulação entre temas, conceitos e teorias no cotidiano das aulas destes educadores.

Entretanto, ao analisar as questões subseqüentes que se relacionam ao *uso de livros didáticos nas aulas; e, a utilização de outros materiais como filmes, textos de jornais, textos de revistas, textos da internet ou outros*; pode-se deduzir que esta correlação entre conceitos, temas e teorias não acontece como orientado nas OCN's, na medida em que, PN utiliza em suas aulas o livro “Introdução a Sociologia” de Pérsio Santos de Oliveira que prioriza os conceitos, como já analisado neste texto, e como materiais auxiliares somente textos que são fragmentos de outros livros. Enquanto que PD não utiliza livros didáticos, ao invés, constrói

as suas aulas a partir de textos de jornais, revistas, internet e de outros livros, ou seja, de questões atuais que fazem referência ao cotidiano dos educandos.

Outra questão que indica que esta relação não é efetivada por estes professores é quando questionados sobre o que tornaria o *ensino de Sociologia no Ensino Médio mais atraente*. Dentre as alternativas possíveis ambos os professores marcaram a que se referia a relação entre teorias, conceitos e autores da Sociologia com as problemáticas atuais (temas), ou seja, como algo que deveria ser, mas não é. Contudo, não poderia se esperar que PN e PD tenham como referência as OCN's e realizem a articulação entre o tripé conceitos-temas-teorias, haja vista que nenhum deles já teve acesso as OCN's. Constatação que leva a um questionamento e encerra esta sub-seção: para quem servem as OCNEM's?

Atividades, recursos didáticos, pesquisa e práticas de ensino

Tanto o texto de Costa (2005) quanto o de Oliveira (2006) apresentam sugestões de atividades que se complementam com a indicação de filmes e de textos complementares retirados de jornais, revistas ou fragmentos de textos de autores da sociologia, antropologia e ciência política.

O livro de Costa (2005) apresenta a seguinte estrutura de atividades: “Compreensão de texto” que se constitui com questionamentos que visam compreender os principais aspectos trabalhados no texto principal; “Interpretação, problematização e pesquisa”, que realizam questões que objetivam que o estudante faça outras reflexões e relações a partir dos assuntos abordados; “Aplicação de conceitos”, que a partir de sugestões de filmes, trechos de livros, músicas ou poesias requerem dos alunos um exercício de análise; e, “Tema para debate”, que em base a fragmentos de autores da área das ciências sociais e humanas e, especificamente, da sociologia, da antropologia e da ciência política são elaboradas questões para entender o pensamento de tais autores.

As atividades do livro de Oliveira (2006) são apresentadas pela seguinte composição: “Filmes sugeridos”, em que não são elaboradas questões de análise e compreensão, ficando a critério do professor e do aluno as possíveis observações; “Questões para estudo” que traz questões que visam a compreensão do texto principal e relaciona conceitos e temas da sociologia; e, as “Leituras complementares” que são acompanhadas de questões denominadas “Pense e responda” ou “Para refletir e debater”.

A utilização desses livros dá um aporte ao professor no planejamento de suas aulas, entretanto, não devem ser seguidos de forma rígida, pois tanto a compreensão dos conteúdos que se faz pela mediação pedagógica, quanto a elaboração das atividades que tem como objetivos a compreensão, análise, reflexão, fixação devem ser construídos a partir das

características do grupo de educandos. As OCNEM's, contudo, sugerem uma diversificação das práticas de ensino desde que organizadas de modo que ganhem um sentido para o aluno, contextualizado nos assuntos trabalhados em aula e que estas diferentes práticas que podem dispor de variados recursos didáticos sirvam para o estudante estranhar e desnaturalizar o próprio modo de perceber tais elementos fora de sala de aula. Segue algumas indicações das OCNEM's com o propósito das aulas não serem reduzidas em aulas expositivas: seminários, estudo dirigido de texto, apresentação de vídeos, dramatização, oficina, debate, leitura de jornais e discussão das notícias, assembléia de classe, série e escola, conselho de escola (OCN, 2008, p.127).

Os professores que responderam ao questionário também apresentam práticas pedagógicas diferenciadas, enquanto PN caracteriza as suas aulas como expositivas, PD ressalta que suas aulas são marcadas pelo método expositivo, de seminários e de trabalhos em grupo, além da utilização de materiais diversos como textos de jornais, revistas e internet. Contudo, PD aponta que só não utiliza filmes devido a impossibilidade do tempo dos períodos. Percebe-se por meio da análise das questões uma relação entre conteúdos, métodos e materiais. Relação que não é neutra e que embora um aspecto não determine necessariamente o outro, as opções didáticas permitem situações diferenciadas de aprendizagem. Abaixo a relação estabelecida entre conteúdos, métodos e materiais através das respostas dos professores expressa no questionário:

	Conteúdos	Método	Materiais
PD	Temas	Expositivo, seminários, trabalhos em grupo	Textos de jornais, revistas, internet, livros
PN	Conceitos	Expositivo	Livros didáticos

Outra questão afetada pelo tempo que ocupa a Sociologia nos currículos escolares é a pesquisa sociológica. No ano de realização desta pesquisa (2009)⁶, na escola em estudo, a Sociologia era ministrada somente no 3º ano do ensino médio em um período semanal. Neste sentido, é que PD aponta que não é possível iniciar o educando do Ensino Médio na pesquisa sociológica, embora ressalte que se a Sociologia estivesse presente nos três anos essa prática

⁶ Apesar da obrigatoriedade do ensino de Sociologia em todos os anos do Ensino Médio ser instituído pela Lei 11.684/2008, a mesma não fixou prazos. A Resolução nº 1/2009 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação que estipulou que as escolas teriam um prazo de três anos, a contar de 2009, para ofertar em todos os anos do ensino médio a disciplina de Sociologia. Fonte: Ministério da Educação e Cultura – MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 2009.

seria plausível. Ao contrário, PN indica a possibilidade da inserção do educando na pesquisa através de levantamentos na escola e nos grupos de bairro.

As OCNEM's enfatizam a importância da pesquisa sociológica como componente para a compreensão e explicação dos fenômenos sociais nos três recortes enfocados (conceitos, temas e teorias). Entretanto, para se realizar a pesquisa sociológica é necessário que o aluno conheça o que é uma pesquisa sociológica, para não incorrer na superficialidade e em explicações individualistas; e, saiba construir um esboço de projeto de pesquisa, que inclui os conhecimentos de elaboração de objetivos, justificativas, métodos e técnicas de pesquisa, referenciais teóricos, notação bibliográfica; o que implica amplas horas de estudo. Porém, em meio a não existência de conteúdos e procedimentos estanques por meio dos órgãos responsáveis, essa ainda é uma escolha do professor e da comunidade escolar.

Aqui se torna pertinente uma reflexão encontrada em Perrenoud (2000) ao discorrer sobre as novas competências para ensinar, sobretudo, em relação a competência de organizar e dirigir situações de aprendizagem. Para esse autor há uma necessidade de diversificação das aulas a fim de que os educadores dominem as situações de aprendizagem, na medida em que, cada estudante vivencia a aula de modo diferenciado segundo as suas percepções, disponibilidades, atribuições de sentido, conhecimentos prévios, gostos, capacidade de concentração. Todavia, para isso, é necessário o domínio dos saberes por parte dos educadores.

Assim, a diferença das respostas remete também a problemática da formação de professores em que se questiona a preparação dos educadores mediante a construção de aulas diversificadas e a utilização de diferentes recursos didáticos. Por mais que a atuação do educador seja uma questão de postura humana diante e em meio ao grupo de educandos, a gestão cotidiana em sala de aula em vez de tornar-se uma descoberta cotidiana pode vir a ser uma padronização do cotidiano na medida em que não se goza de saberes e recursos que permitem a dinamização.

Neste sentido, finalizo com Tardif (2002, p. 121):

Os verdadeiros improvisadores, contudo, são pessoas que dominam necessariamente as bases de sua arte antes de improvisar. Em suma, não existe arte sem técnica, e a arte atua a partir do domínio das técnicas próprias a um ofício. É assim em todas as ocupações e não há razão para que o ensino constitua um caso à parte. Infelizmente, ainda há muitas pessoas – professores do primário e do secundário, e mesmo professores universitários - que acreditam que basta entrar numa sala de aula e abrir a boca para saber ensinar, como se houvesse uma espécie de causalidade mágica entre ensinar e aprender.

CONSIDERAÇÕES

Os resultados apresentados nos permitem uma reflexão sobre como está sendo construída, ou melhor, gestada a Sociologia na Educação Básica tanto em relação aos parâmetros e normas educacionais, quanto na formação de professores e na peculiaridade das escolas e da sala de aula. Os achados evidenciam certas continuidades e descontinuidades entre estas legislações para a sociologia na educação básica e destes com os educadores. Parece-nos fundamental a continuidade na realização de estudos com vistas a contribuir na construção destes parâmetros para a Sociologia que integrem as especificidades deste conhecimento com as características e necessidades educacionais.

Entretanto, cabe aos cursos de formação imprimir uma base sustentável aos sujeitos em formação para que a disciplina na escola seja promotora de outras leituras feitas pelos educandos. Cabe também aos professores a formação continuada que ocorre através da relação educativa, mas também que depende do compromisso, da responsabilidade na atualização contínua como o conhecimento das normas, parâmetros e legislações. Através do conhecimento destas, da cultura e do meio social dos alunos na relação com os contextos macro sociais e culturais é possível efetivar gestões cotidianas e não transposições conteudistas.

O que fica é que a Sociologia ao tornar-se componente curricular obrigatório nas escolas de Ensino Médio tornou-se campo profícuo de reflexão e pesquisa, na medida em que, novos saberes são necessários e novas configurações nos processos escolares. O conceito de “saberes necessários e envolvimento possíveis”, que dá título a este trabalho, aparece como complementar e como um jogo de palavras, na medida em que, saberes sobre o ensino de Sociologia são possíveis quando há envolvimento necessários na configuração deste componente curricular. Em contrapartida, os envolvimento são possíveis quando há saberes que se tornam necessários para a autonomia desta disciplina e do educador no seu gestar cotidiano.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação Popular na Escola Cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- COSTA, Cristina. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 18 mar. 2012

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**. Goiânia: Alternativa, 2001.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

OLIVEIRA, Pécio Santos de. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Àtica, 2006.

Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – OCNEM's. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf Acesso em: 05 nov. 2009.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Pontes, 2004.

Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> Acesso em: 05 nov. 2009.

PERRENOUD, Philippe. **10 Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.